

INSEGURANÇA ALIMENTAR E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: OS DESAFIOS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE PARA O COMBATE À FOME

Guilherme dos Santos Schmeling

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Av. João Pessoa, nº 31 - Centro Histórico

Porto Alegre - RS, 90050-160, Brasil

guilhermeschmeling@outlook.com

Cristhoffer Antunes Dondi Kapuwa

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Av. Roraima, nº 1000 - Cidade Universitária, Bairro Camobi

Santa Maria - RS, 97105-900, Brasil

cristhoffer.kapuwa@acad.ufsm.br

Insegurança alimentar e cooperação internacional: Os desafios entre Brasil e Moçambique para o combate à fome

Diante de uma possível escassez global de alimentos, diversos países têm despendido esforços para promover a sua segurança alimentar, incluindo Moçambique. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo identificar os motivos pelos quais a cooperação estabelecida com o Brasil não se repercutiu, até hoje, em efeitos significativos no combate à fome. Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, analisaram-se projetos executados no âmbito da cooperação bilateral, bem como bibliografia selecionada. Conclui-se que a persistência da insegurança alimentar em Moçambique está relacionada com: (i) a fragilidade das capacidades estatais, que limita a formulação de políticas assertivas; (ii) o caráter passivo da cooperação bilateral, incapaz de introduzir efeitos estruturantes significativos; e (iii) a marginalização do campesinato local, diante da priorização de setores ligados ao agro-negócio.

Palavras-chave: Brasil, Moçambique, campesinato, capacidades estatais, conflito, cooperação Sul-Sul, insegurança alimentar, políticas públicas

Food insecurity and international cooperation: The challenges between Brazil and Mozambique in the fight against hunger

Faced with a possible global food shortage, several countries have made efforts to promote their food security, including Mozambique. In this context, this article aims to identify the reasons why cooperation established with Brazil has not, to date, had a significant impact on combating hunger. As a qualitative study, projects carried out within the scope of the bilateral cooperation were analyzed, as well as selected bibliography. It was concluded that the persistence of food insecurity in Mozambique is related to: (i) the fragility of state capacities, which limits the formulation of effective policies; (ii) the passive nature of bilateral cooperation, incapable of introducing significant structural effects; and (iii) the marginalization of the local peasantry, given the prioritization of sectors linked to agribusiness.

Keywords: Brazil, Mozambique, peasantry, state capacities, conflict, South-South cooperation, food insecurity, public policies

A fome configura-se como um desafio persistente sobretudo para as nações do Sul Global e, ao mesmo tempo, como um fator de inquietação para os países desenvolvidos. Isso ocorre porque o aumento populacional, impulsionado no pós-Segunda Guerra Mundial por políticas e expectativas otimistas quanto à melhoria das condições de vida, elevou a demanda mundial por alimentos, convertendo o abastecimento alimentar num tema estratégico e cada vez mais sensível na agenda internacional.

À escala global, entre 2020 e 2021, aproximadamente 811 milhões de indivíduos enfrentaram insegurança alimentar severa, concentrando-se majoritariamente em países da Ásia, da África e da América Latina (Mahtani, 2021). No período de 2021 a 2022, cerca de 3,1 bilhões de pessoas não tiveram acesso regular a uma dieta alimentar capaz de evitar situações de desnutrição (Food and Agriculture Organization [FAO], 2022). Agravada pelo advento da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (2020-2023), a insegurança alimentar global chegou a alcançar patamares considerados catastróficos em 2022, que chegaram a comprometer avanços obtidos nas últimas décadas. Estimou-se que o equivalente a 9,2% da população mundial vivia em condição de subnutrição crônica, enquanto aproximadamente 30% da população enfrentava insegurança alimentar em níveis moderados ou graves (International Panel of Experts on Sustainable Food Systems [IPESFOOD], 2023).

Diante da fome como um problema global, a cooperação internacional apresenta-se como um recurso positivo capaz de auxiliar no processo de promoção da segurança alimentar e erradicação da fome, principalmente se sustentada por uma rede de auxílio mútuo entre países que se localizam no eixo Sul, que procuram pela solução de problemas em comum (Peixoto, 2019). É nesse sentido que a cooperação entre Brasil e Moçambique se apresenta merecedora de maior atenção. Os avanços obtidos pelo Brasil na redução da fome ao nível interno contribuíram para que essa agenda se consolidasse como um dos eixos centrais da cooperação Sul-Sul promovida pelo país, orientada pelo propósito de contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Agência Brasileira de Cooperação [ABC], 2017).

Este artigo analisa a cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique no combate à fome, entre 2007 e 2022, sendo assente na seguinte pergunta de investigação: de que forma a cooperação brasileira ao nível de projetos bilaterais de combate à fome contribuiu ou não para uma diminuição da insegurança alimentar em Moçambique? O recorte temporal inicia-se em 2007, marco da institucionalização da cooperação bilateral por meio do primeiro projeto estruturado, e estende-se até 2022, ano em que indicadores internacionais apontaram um agravamento sig-

nificativo da insegurança alimentar em escala global. O período coincide ainda com a disponibilidade dos dados censitários mais recentes de ambos os países (2022), assegurando consistência empírica à análise.

Dessa forma, a pesquisa reveste-se de caráter qualitativo, em que se utiliza a análise documental e bibliográfica. Empregou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo a partir das contribuições tecidas por Lakatos e Marconi (2003). Para a análise documental, foram examinados os projetos de cooperação executados pelos dois países, cujas informações foram obtidas na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Brasil, enquanto sistema público mantido pelo governo brasileiro que reúne dados oficiais e documentos administrativos, permitindo o acesso transparente a registros de políticas e programas estatais. Paralelamente, realizou-se uma revisão bibliográfica estruturada a partir de obras e artigos científicos sobre o tema investigado.

O artigo está estruturado oferecendo, inicialmente, uma clarificação sobre os principais debates internacionais sobre a interseção de preocupações de segurança alimentar e segurança internacional. O caso de Moçambique é em seguida apresentado e explorado em termos da sua evolução histórica e os consequentes impactos na questão agrária. As dinâmicas de cooperação promovidas pelo Brasil são depois sistematizadas e analisadas criticamente, com o objetivo de identificar os principais elementos responsáveis pelo seu impacto na resolução do problema de base para se assegurar efetivas condições de segurança alimentar em Moçambique.

O prelúdio das discussões sobre insegurança alimentar no âmbito das relações internacionais

A fome e a necessidade de obtenção de alimentos têm exercido tradicionalmente um papel decisivo na organização das sociedades humanas, impulsionando a transição de grupos nômades coletores para comunidades sedentárias produtoras. A centralidade da agricultura levou esses agrupamentos a se estabelecerem, sobretudo, nas proximidades de grandes rios, favorecendo o desenvolvimento de técnicas de irrigação e o surgimento de civilizações antigas, como a egípcia, a mesopotâmica e a chinesa, que lançaram fundamentos duradouros para a organização estatal contemporânea (Alves & Oliveira, 2010).

Já no século XVIII, Thomas Malthus, um economista inglês considerado o pai da demografia, formulou as primeiras reflexões sistemáticas sobre o risco de insuficiência alimentar frente ao rápido crescimento populacional, inaugurando assim um debate que continua a influenciar as discussões contemporâneas sobre

fome e produção de alimentos (Queiroz, 2003). Na perspectiva malthusiana, a população tenderia a expandir em ritmo acelerado e superior às capacidades de expansão da produção de alimentos, fazendo com que períodos de escassez se tornassem inevitáveis.

No século xx, o fim da Segunda Guerra Mundial lançou uma reflexão acerca da dignidade humana acometida pelos distúrbios provenientes dos conflitos devastadores das duas grandes guerras. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a legislação internacional passou a atentar para os direitos dos indivíduos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual representou um avanço significativo para os direitos humanos, sobretudo para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), instigando os Estados a garantir aos seus nacionais esse direito. O DHAA remete à compreensão de que a alimentação venha a ser “adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas e ecológicas de cada pessoa ou grupo social” (Conti, 2009, p. 3).

Na década de 1960 a tese malthusiana foi definitivamente refutada com o advento da chamada Revolução Verde, a qual prometia erradicar a fome por meio do aumento da produção de alimentos. O aumento na produtividade seria fruto de um novo sistema agrícola massivamente tecnificado, que passaria a incorporar o uso de insumos químicos como fertilizantes e pesticidas na produção de alimentos, a partir da fusão de conhecimentos químicos e biológicos (Albergoni & Pelaez, 2007). Entretanto, o novo modelo agrícola não erradicou a fome devido à sua configuração para a produção de *commodities* de valor econômico, para a comercialização no mercado internacional ao invés de focar na produção de alimentos para o abastecimento interno.

O aprofundamento da discussão sobre a fome no escopo das relações internacionais adveio das discussões sobre a segurança humana, a qual teve origem na abordagem de economistas desenvolvimentistas preocupados com possíveis ameaças que acometessem os indivíduos, que passaram a defender uma economia mais humanizada. Sendo o indivíduo o objeto de análise, esta perspectiva incentivava a proteção dos direitos individuais e comunitários de forma a que a promoção do bem-estar fosse assegurada e as eventuais ameaças fossem mitigadas (Lima, 2019).

Com o surgimento dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) na década de 1990, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de se compreender e atender a segurança humana. O efeito propositivo dos RDH era trazer à tona os desafios que obstruíssem a construção de uma verdadeira paz mundial, tais como limitações materiais aos indivíduos, dentre elas o acesso à alimentação, à moradia e ao saneamento, bem como imateriais, tais como o acesso ao conheci-

mento e a participação pública (Rezende, 2014). O aprofundamento da discussão sobre segurança alimentar emergiu das Cúpulas Mundiais da Alimentação, em especial as realizadas nos anos 1996 e 2002, tendo os Estados-membros da ONU passado então a incorporar a segurança alimentar em suas agendas nacionais, tornando-a um dos eixos temáticos tratados em cooperações internacionais.

Mais tarde, este debate sobre a segurança alimentar ganhou relevância com os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), promovidos pela ONU, sendo que a erradicação da extrema pobreza e a fome correspondiam ao primeiro objetivo entre os oito objetivos da iniciativa global. A meta em relação ao combate à fome no mundo previa reduzir pela metade a proporção de pessoas que sofressem de fome até o ano de 2015. Embora se aponte uma redução do agravamento da fome em países em desenvolvimento entre os períodos de 1990 e 2015, um relatório dos ODM indicava que 795 milhões de pessoas no mundo, sobretudo em países em desenvolvimento, chegavam ao ano de 2015 em estágios de subnutrição (Roma, 2019).

Com o término do compromisso da agenda dos ODM em 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou em 25 de setembro de 2015 a Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este instrumento do multilateralismo propôs uma renovação, ampliação e detalhamento dos ODM para o período de 2015 a 2030. Projetada em 17 objetivos e 169 metas, a problemática da fome no mundo corresponde ao segundo objetivo, “Fome zero e agricultura sustentável”. Desse modo, os ODS tornaram-se um projeto global ambicioso de promoção da paz, justiça e de instituições eficazes sob o contexto da sustentabilidade (ONU, n.d.).

A partir da consolidação dos ODS, ampliaram-se as articulações internacionais voltadas ao combate à fome, tanto no âmbito multilateral quanto bilateral. Organismos internacionais passaram a atuar de forma mais integrada, promovendo cooperação técnica, financiamento e compartilhamento de boas práticas entre países. Paralelamente, acordos bilaterais foram fortalecidos, permitindo ações mais direcionadas às realidades locais, especialmente em regiões vulneráveis. Essa dinâmica ampliou a capacidade de resposta global, articulando governos, instituições e sociedade civil em torno de metas comuns, com maior coordenação, monitoramento e compromisso político para enfrentar a insegurança alimentar de forma sustentável.

Fome e conflito: a formação e consolidação do Estado e a questão agrária em Moçambique

A África no século XIX transformou-se em uma área de concentração das potências europeias, as quais se direcionaram para o continente motivadas pela “exploração de riquezas minerais; domínio e influência geoestratégica; afirmação de poder; o triunfo do liberalismo e a Revolução Industrial” (Cravino, 2005, p. 2). A maneira preditiva com que essas potências exploravam o continente era justificada pela necessidade de se alimentar o desenvolvimento industrial pujante das metrópoles que necessitavam de mantimentos.

Já no século XX, mesmo sob pressão da ONU para a dissolução das colônias africanas, Portugal relutou contra as pressões de forma isolada ao longo do tempo. Tendo isso em vista, na década de 1960 alguns jovens moçambicanos fugiram da repressão imposta pelo colonialismo português e se organizaram como um movimento contrário à colonização. Neste contexto, em 25 de junho de 1962, através da junção dos movimentos União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), Mozambique African National Union (MANU) e União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), foi fundado o movimento Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), então presidido por Eduardo Mondlane (Fernando, 2021). O processo de descolonização das colônias portuguesas na África na década de 1970 foi marcado por violentos atos de transição, nos quais a população desempenhou um papel fundamental no processo de libertação de seus territórios.

A independência de Moçambique foi alcançada em 1975, após uma revolução interna em Portugal contra a ditadura vigente no país desde a década de 1930. A chamada Revolução dos Cravos propiciou em sequência o Acordo de Lusaka, promulgando oficialmente a independência moçambicana. Com a independência de Moçambique, a FRELIMO transformou-se em partido político de orientação socialista que prezava pela unidade e não diversificação partidária, o que representou uma fonte de fragilidade e contestação por parte de opositores.¹

De orientação mais à direita, em 1976, surgiu o movimento denominado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), fundado por André Matsangaissa, cujo fundamento para o seu surgimento consistia no fato “da traição da FRELIMO à independência nacional, com o seu modelo de governo que se baseava no socialismo marxista leninista” (Fernando, 2021, p. 199). Portanto, a

¹ A Revolução do Cravos (1974) foi um movimento cívico-militar que culminou no fim da ditadura em Portugal, marcando o início da transição democrática e acelerando o processo de descolonização das então colônias portuguesas na África. O Acordo de Lusaka (1974) assinado entre Portugal e a FRELIMO estabeleceu as bases para a transferência do poder político que conduziu o processo de independência de Moçambique em 1975.

RENAMO surgiu no contexto político pós-independência como um movimento de oposição ao governo monopartidário e centralizado da FRELIMO. Todavia, sua criação e consolidação estiveram fortemente associadas ao apoio da Rodésia (atual Zimbábue), que buscava enfraquecer o Estado moçambicano em resposta ao apoio concedido pela FRELIMO aos movimentos de libertação que contestavam o regime rodesiano. Com esse objetivo, a RENAMO implementava uma estratégia combinada entre sabotagens às estruturas econômicas e serviços públicos, bem como disseminava a desinformação por meio da guerra psicológica e propaganda política visando deslegitimar a FRELIMO (Cravino, 2005, pp. 5-8; Lamas & Bueno, 2021).

O embate entre a FRELIMO e a RENAMO desencadeou a Guerra Civil de Moçambique, que se estendeu entre 1976 e 1992. O conflito esteve enraizado no contexto da transição da condição de colonial para a de independente, marcada pela consolidação de um regime monopartidário liderado pela FRELIMO, e pela atuação da RENAMO como principal movimento de oposição armada (Darch, 2018; Lamas & Bueno, 2021, pp. 118-122). Para além dos elevados custos humanos, a guerra retardou o desenvolvimento político e social do país, assim como o crescimento econômico, que se tornou inviável. Ao longo do conflito foram implementadas políticas econômicas que favoreceram um aumento desordenado do consumo no curto prazo, comprometendo as condições de bem-estar da população e ampliando a necessidade de recorrer a empréstimos externos como forma de sustentar o mercado interno.

Com o objetivo de superar o subdesenvolvimento, a FRELIMO institucionalizou o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que buscou concentrar a população rural em aldeias comunais de produção, e expulsar supostos “marginais” desempregados dos centros urbanos para o campo, o que representou um dos primeiros fracassos do governo (Cardoso, 2021). O PPI acabou sendo responsável por afastar a população rural das cidades e desestimular a produção agrícola campestre, acentuando as desigualdades sociais no país, ao passo que beneficiava os centros urbanos por meio de reformas direcionadas aos mercados.

Com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seu modelo de conduta econômica, a FRELIMO teve de renunciar aos seus projetos de desenvolvimento e passou a se aproximar forçadamente de organizações monetárias pertencentes ao eixo capitalista. Um acordo de paz foi estabelecido em 1992 dando fim ao conflito interno, em que a RENAMO deixou de ser um movimento insurgente para se tornar um partido político. A RENAMO tornou-se um partido político passando, deste modo, a fazer parte da disputa política. Todavia, este período de estabilidade foi constantemente desafiado pela dificuldade em imple-

mentar uma efetiva reconciliação nacional, por crises em períodos pós-eleitorais e pelo processo inacabado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), uma vez que as forças militares da RENAMO não tinham sido totalmente desmobilizadas (Coutinho & Svartman, 2024; Pereira, 2016).

O conflito interno em Moçambique gerou impactos profundos e duradouros sobre a segurança alimentar do país, ao desarticular cadeias produtivas, comprometer infraestruturas rurais e reduzir drasticamente a capacidade de abastecimento interno. A destruição do sistema agrícola e distribuição contribuiu para que, no pós-conflito, o país passasse a depender fortemente da ajuda externa, chegando as doações de trigo a representar cerca de 85% do abastecimento nacional no final da década de 1990 (Mandlate, 2017). Esse cenário não apenas atenuou emergencialmente a escassez nas áreas urbanas, como também inibiu a recuperação da produção doméstica, reforçando a dependência de importações e fragilizando estruturalmente o acesso regular a alimentos por parte da população.

Esta realidade arrastou o país para o ressurgimento do conflito armado, entre 2013 e 2019, cujo desfecho foi a assinatura do Acordo de Paz Definitiva protagonizado pelo então presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e Ussufo Momade, líder da RENAMO naquele período (Coutinho & Svartman, 2024, p. 72). Contudo, o cenário de conflitualidade e os desafios da capacidade estatal de Moçambique não findaram em 2019. Este fato se deve ao eclodir de uma insurgência armada no norte de Moçambique, especificamente na província de Cabo Delgado, desde 2017, a qual também é uma das regiões com o maior potencial de desenvolvimento agrícola.

Os efeitos humanitários do conflito no norte moçambicano são tão profundos, que já chegaram a resultar no deslocamento forçado de mais de 946 mil pessoas, sendo mais da metade crianças (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais [ADRA], 2022). A destruição de infraestruturas, a paralisação das atividades agrícolas e o deslocamento populacional agravam diretamente a insegurança alimentar. Nesse contexto, o caso de Moçambique revela uma relação estrutural entre fragilidade estatal, conflito armado e fome, na qual a limitação do Estado em garantir segurança, articular políticas públicas e promover o desenvolvimento econômico tem comprometido sua capacidade de resposta.

A questão agrária moçambicana

Para a caracterização de um sistema agrário, é necessária a reconstituição dos sistemas agrários que se sucederam no tempo e no espaço pretendido (Miguel & Wives, 2018). O caso agrário moçambicano é excepcionalmente complexo, pois

para analisar o território faz-se necessária a triangulação de informações com o seu entorno regional e nacional. De forma sumarizada, a extensão em que hoje se assenta a República de Moçambique foi perpassada por comunidades indígenas, também conhecidas como Khoisan, até a chegada dos povos Bantu, os quais mantiveram assentamentos no território e foram os primeiros a estabelecerem contato com o estrangeiro (Aguiar, 2020; Pedro & Mussili, 2021).²

Sustenta-se que o desenvolvimento da agricultura em Moçambique tenha iniciado com os primeiros assentamentos de povos Bantu ao norte do país, no primeiro milênio d.C. (Marrupi, 2007). Os Bantu, além de serem agricultores e criadores de animais, também possuíam conhecimentos sobre metalurgia, favorecendo a formação de comunidades mais adensadas e organizadas, detentoras de equipamentos menos rudimentares que proporcionaram a produção de excedentes agrícolas, impulsionando sistemas de trocas, o crescimento demográfico e o processo de sedentarização gradual (Silva *et al.*, 2023). Os Bantu estabeleciam relações comerciais com os estrangeiros, excepcionalmente com os árabes, até a expulsão destes pelos portugueses em 1498, quando ocorreu uma reconfiguração da interação estrangeira (Marrupi, 2007, p. 36).

A agricultura em Moçambique, sob a dimensão produtiva, desde o período colonial até a contemporaneidade, sempre consistiu na principal atividade econômica do país. A estrutura fundiária não foi alterada de maneira significativa pela economia colonial, mesmo sendo a atividade agrícola, depois do tráfico negreiro, o setor mais rentável para os portugueses. A estrutura agrária moçambicana era caracterizada pelo emprego da força familiar para o trabalho de subsistência em terras diminutas. A edificação de aldeias comunais, que consistiam em agrupamentos rurais de produção coletiva, foi uma das alternativas encontradas pela FRELIMO com o intuito de reverter a exploração humana deixada pelo sistema colonial, mas que, no entanto, não repercutiram em melhor organização nem em aumento de produtividade por parte dos camponeses (Melo & Rocha, 2019).

Entre as décadas de 1970 e 1990 durante o conflito entre a FRELIMO e a RENAMO, o setor agroexportador foi impactado pelo crescimento lento das culturas cultivadas. A instabilidade do setor também era acometida pelos embates diretos, em que os campos de cultivo se tornavam campos de batalha, em que plantações eram incendiadas e o gado dizimado. A deficiência em logística também era outro fator que repercutia negativamente na impossibilidade de escoar de forma eficiente aquilo que se conseguia produzir.

² Os Khoisan são povos indígenas sul-africanos que englobam grupos como os San, os quais são conhecidos como caçadores e coletores, e os Khoikhoi, caracterizados pela atividade do pastoreio.

Também é necessário compreender que conflito danifica cultivo, criações e colheita. Danifica também recursos rurais e atrapalha sistemas de transporte e de distribuição de comida. O impacto que os conflitos têm na segurança alimentar acaba por perdurar longos períodos após a violência ser cessada, uma vez que a destruição ocorre rapidamente, mas a reconstrução requer tempo, esforço e recursos materiais, humanos e financeiros (Lima, 2019, p. 17).

A agricultura de subsistência foi a menos atingida pelo conflito, visto que as produções em pequenas propriedades não se convertiam em alvos significativos de ataque (Brück, 1998). Os alimentos mais consumidos pelas famílias moçambicanas também pouco alteraram desde a colonização, com destaque para o milho e a mandioca. Como principais culturas cultivadas em pequenas e médias propriedades, destacam-se alguns cereais como milho, mapira e arroz; tubérculos e raízes como a mandioca e a batata doce; e leguminosas como o feijão nhemba e o feijão boer. As culturas de mercado estão distribuídas entre a produção de algodão, tabaco, cana-de-açúcar, girassol e gergelim (Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas [MADER], 2021).

Os acordos de paz em Roma, que interromperam o conflito entre a FRELIMO e a RENAMO em 1992, promoveram um ajustamento estrutural em que o setor agrícola também foi incluído. Nesse sentido, as políticas direcionadas para o setor passaram a ser gradativamente orientadas pelos interesses externos, de forma que a produção de alimentos direcionada para exportação se tornou um dos principais objetivos do setor agrícola, e as privatizações se tornaram mais frequentes (Bussotti, 2020). Essa mudança contribuiu para o surgimento de um “modelo neocolonial de relações fundiárias”, caracterizado pela falta de clareza nos objetivos dos programas executados e pelo respaldo ao desenvolvimento agrícola ligado à exportação.

Atualmente, a maior parte da população moçambicana está localizada na zona rural (65,54%), enquanto o restante da população está distribuída nas zonas urbanas (34,46%) (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2022). O campesinato se manifesta em pequenas áreas rurais desde o período colonial, as quais em média chegam a ter menos de três hectares, onde a produção de alimentos está direcionada às necessidades imediatas das famílias. Para além da relevância na sociedade moçambicana, as mulheres também se destacam no âmbito rural, sendo elas as principais provedoras da alimentação familiar e produção local, a qual caracteristicamente necessita de menos recursos financeiros e insumos, bem como tira proveito da mão de obra disponível no próprio grupo familiar (Alves, 2011).

O potencial agrícola do país está diretamente relacionado às condições geoclimáticas favoráveis das quais dispõe, como uma considerável extensão de terras aráveis, numerosos afluentes para irrigação e solos férteis. Essas condições propícias se acentuam em maior abundância nas regiões do centro e do norte, visto que na região sul o clima e o solo são mais secos e os desastres ambientais são mais frequentes. Cerca de 90% da área cultivada em Moçambique está sob a predominância do segmento camponês, conhecido por incorporar práticas mais rudimentares de produção, o tornando mais vulnerável às condições climáticas, tais como alta dependência de chuvas regulares para irrigação (Rosário, 2019).

À região norte de Moçambique, em que estão localizadas as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, correspondem as áreas com maior potencial para o desenvolvimento agrícola do país, pois possuem solos férteis e chuvas abundantes, capazes até mesmo de gerarem excedentes agrícolas. Esta macrorregião também abriga o chamado Corredor de Nacala, o qual é concebido como um corredor econômico e logístico estruturado para viabilizar o escoamento de recursos naturais direcionados aos mercados globais. Trata-se de uma infraestrutura complexa que envolve portos e ferrovias, investimentos públicos e privados, que promove a desestruturação da agricultura tradicional para atender às exportações, desencadeada por meio do conflito e expropriações (Kato, 2019).

Apesar de dispor de uma grande extensão de terras agricultáveis disponíveis, o país africano explora menos de 10% da terra arável e menos de 3% da terra irrigada, o que resulta em uma estagnação produtiva (Chihanhe *et al.*, 2022). A falta de infraestrutura básica, como estradas e instalações adequadas para armazenamento, além das questões climáticas e das dificuldades de acesso a recursos por parte dos agricultores, contribuem negativamente para o desenvolvimento agrícola.

É possível afirmar que o histórico de conflitos em Moçambique constituiu um dos principais fatores associados à persistência da insegurança alimentar no país. A conflitualidade comprometeu a produção agrícola, destruiu infraestruturas rurais, interrompeu cadeias de abastecimento e ainda provocou deslocamentos populacionais em larga escala, impactando na disponibilidade e o acesso aos alimentos. Mesmo com o encerramento das hostilidades, os efeitos sobre a segurança alimentar prolongaram-se devido à lenta reconstrução das capacidades produtivas e logísticas, evidenciando que a fragilidade estatal e o conflito armado exercem impactos duradouros sobre os sistemas alimentares moçambicanos (ADRA, 2022, pp. 14-37; Lamas & Bueno, 2021; Lima, 2019, p. 17).

Diante de um cenário pouco promissor, a estrutura agrária moçambicana tem demandado parcerias estratégicas para superar entraves logísticos e técnicos. A

cooperação internacional, a exemplo de iniciativas conjuntas com o Brasil, atua como instrumento para reverter a vulnerabilidade histórica e a fragilidade estatal frente à fome. Ao incentivar a produtividade em solos férteis, essas alianças buscam transcender a dependência crônica de ajuda externa emergencial, de modo a consolidar a segurança alimentar por meio de reformas estruturais no campo.

A cooperação entre Brasil e Moçambique para o combate à insegurança alimentar

Durante a década de 1950 a política externa brasileira se restringiu às interações regionais sob a influência do pan-americanismo. O Brasil se mostrou omissor perante a eclosão dos movimentos de libertação que se acaloravam no continente africano, adotando uma postura que acompanhava as diretrizes impostas pelas nações colonialistas. No início da década de 1960, o país limitou-se ao reconhecimento de 17 países africanos que alcançaram sua independência, e organizou algumas missões diplomáticas de estudo de viabilidade de relações comerciais com esses países (Cervo & Bueno, 2002). A relação brasileira com os países africanos naquele período ainda não era tão enfática quanto a relação que o país mantinha com Portugal, o qual relutava contra o processo de descolonização africana.

A cooperação internacional entre o Brasil e os países africanos revelou-se mais substancial apenas no final da década de 1960 e meados da década de 1970, em que ocorreu um remodelamento da política externa brasileira, que passou a identificar certa semelhança entre os interesses brasileiros e africanos no tocante às suas participações no sistema internacional. A partir desse ponto em diante, os intercâmbios entre Brasil e África se intensificaram, sustentados pela relevância desses países em relação à parceria comercial, económica, política, e semelhanças culturais e históricas.

No século XXI, a política externa brasileira passou a dar maior ênfase às relações com o continente africano, sobretudo a partir do segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). Nesse período, as instituições formuladoras e executoras de política externa passaram a apresentar estágios mais amadurecidos, como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Para todos os efeitos, “o orçamento da ABC para projetos de cooperação com os países africanos foi aumentado em 1578%; onde a Agência deu especial atenção a projetos de agricultura” (Rizzi *et al.*, 2011, pp. 64-65).

O interesse pela aproximação do Brasil com a África esteve relacionado, nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (2003-2011), como uma “obrigação política, moral e histórica” em que se reco-

nhacia a importância que ambos representavam para si, sustentado pela ideia de que findado “o regime do *apartheid*, superados os conflitos internos em Angola e Moçambique, as sociedades africanas se mobilizam para cicatrizar as feridas do passado e lidar com as carências do presente” (Amorim, 2003, para. 1).

Quanto ao destino dos projetos de cooperação com a África, a República de Moçambique tem sido a mais contemplada por essas ações, tornando-se a primeira em termos de projetos e recursos brasileiros, seguida por Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Argélia, Congo, Senegal, Gana e Tanzânia. Quanto à centralidade dos projetos e recursos destinados pela cooperação no período de 2003 a 2010, estes tiveram maior enfoque na área da agricultura, seguida pela área da saúde e educação, formação profissional, meio ambiente, energia, administração pública e desenvolvimento urbano e social (Cabral, 2011).

A implementação dessa agenda de aproximação fundamentou-se no conceito de cooperação estruturante, que busca romper com o modelo tradicional de auxílio externo ao focar no desenvolvimento das capacidades autônomas do país receptor. Essa estratégia privilegia o fortalecimento das instituições e sistemas nacionais, incentivando o uso de recursos endógenos em vez de uma simples transferência passiva de conhecimento (Almeida *et al.*, 2010). Assim, para compreender a eficácia das ações desenvolvidas entre 2007 e 2022, faz-se necessário avaliar como esses princípios se refletiram nos projetos desenvolvidos, observando se promoveram mudanças profundas na realidade agrária moçambicana ou se mantiveram o foco em modelos técnicos restritivos.

Análise dos projetos desenvolvidos para o combate à fome entre 2007 e 2022 no âmbito da cooperação entre Brasil e Moçambique

Considerando que o objetivo do artigo é analisar os projetos resultantes da cooperação para o combate à insegurança alimentar entre Brasil e Moçambique, foram analisados os projetos de combate à fome realizados entre 2007 e 2022, a partir de informações obtidas através da ABC, por intermédio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR).

Dessa forma, a caracterização dos projetos, obtidos de acordo com o ano de implementação, foram organizados na Tabela 1 de acordo com o governo vigente no período em que foram estabelecidos os projetos, compreendendo os governos de Lula da Silva (2007-2010); Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2016-2018); e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Tabela 1

Projetos de cooperação para o combate à fome entre Brasil e Moçambique no período 2007-2022

Governo Lula (2007 – 2010)	
Projetos	Objetivos
<i>Apoio ao Desenvolvimento da Hortofruticultura de Moçambique</i>	Lançado em 2007, o projeto teve por objetivo incentivar o desenvolvimento hortofrutícola do país, capacitando técnicos moçambicanos para o melhoramento genético das culturas de acordo com as condições agroecológicas do país.
<i>Capacitação de Técnicos Moçambicanos na Área de Agricultura e Conservação</i>	Lançado em 2008 por meio de uma parceria trilateral com a França, o projeto teve por objetivo incorporar o Sistema de Plantio Direto (SPD) com o intuito de incentivar melhorias nos processos de produção e manejo dos ecossistemas, bem como fortalecer a organização dos pequenos produtores. Como resultado, ampliou a formação de técnicos em relação ao gerenciamento do SPD.
<i>Projeto de Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique</i>	Fruto de uma parceria trilateral com os EUA em 2010, o projeto buscava fortalecer o sistema nacional de pesquisa agropecuária moçambicana, bem como disseminar novas tecnologias para este setor por meio de capacitações técnicas e criação de projetos, resultando no fortalecimento do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), que passou a adquirir equipamentos tecnológicos mais modernizados.
<i>Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE)</i>	Em 2010, tendo como parceiros o Ministério da Educação de Moçambique e o Programa Mais Alimentos (PMA), o programa tinha como objetivo incentivar a institucionalização de um programa nacional de alimentação escolar semelhante ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro, o qual foi aprovado em 2013, e passou a ser executado como projeto piloto até 2015.

Tabela 1 (continuação)

Projetos de cooperação para o combate à fome entre Brasil e Moçambique no período 2007-2022

Governo Dilma (2011 – 2016)	
Projetos	Objetivos
<i>Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia no Corredor de Nacala (ProSavana)</i>	Em caráter trilateral contando com a parceria do Japão, o ProSavana tinha por objetivo melhorar as condições técnicas de exploração das savanas em Moçambique. Incentivou-se a produção de culturas como trigo, algodão, soja, feijão e arroz, com intuito de gerar excedentes exportáveis.
<i>Programa Mais Alimentos África em Moçambique</i>	Lançado em 2011, o projeto teve por objetivo contribuir para o desenvolvimento de projetos rurais locais e de apoio aos camponeses moçambicanos por meio de capacitações e transferências metodológicas, resultando na capacitação de três pesquisadores moçambicanos quanto ao melhoramento genético de frutas, videiras e olerícolas.
<i>Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique</i>	O projeto teve por objetivo fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de alimentos em Moçambique, incentivado pela iniciativa global para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar, tendo como enfoque as zonas verdes da província de Maputo para o cultivo de horticulturas.
<i>Intercâmbio de Experiências e Diálogos de Políticas Públicas para Agricultura Familiar na África</i>	Lançado em 2014, o projeto teve como objetivo fortalecer as políticas rurais para o desenvolvimento da agricultura familiar por meio da execução de missões técnicas que organizavam projetos piloto e workshops informativos que consolidassem o objetivo proposto.
Governo Temer (2016 – 2018)	
Projetos	Objetivos
<i>Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África</i>	Lançado em 2017, com a parceria do Programa Mais Alimentos (PMA), o projeto teve enfoque nos pequenos produtores de algodão por meio da melhoria das instituições responsáveis pelo escoamento dessa cultura e seus subprodutos, bem como dos produtos cultivados em consórcio como o algodão, o milho, o feijão e o sorgo.
Governo Bolsonaro (2019 – 2022)	
Projetos	Objetivos
<i>Recuperação de áreas agrícolas de camponeses moçambicanos afetados pelos ciclones Idai e Kenneth</i>	O projeto, criado em fevereiro de 2022, teve por objetivo promover a expansão da produção de hortaliças nas regiões afetadas pelos ciclones, consistindo em uma iniciativa humanitária que sustentou a distribuição de sementes e se estimulou a construção de hortas comunitárias por meio da capacitação.

Fonte: Os dados foram coletados e organizados pelo autor¹, com base nas informações concedidas pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR, anos 2023 e 2025).

A análise da Tabela 1 revela que os governos de Lula e Dilma foram consideravelmente mais enfáticos na cooperação com Moçambique, impulsionados por uma política externa que via a aproximação com a África como uma “obrigação moral e histórica” e por um expressivo aumento orçamentário na ABC. Enquanto esse período inicial priorizou transferências tecnológicas complexas e segurança alimentar estruturante, as gestões de Temer e Bolsonaro demonstraram uma retração drástica no volume de novas iniciativas voltadas ao combate à fome. Nesses mandatos posteriores, a atuação brasileira perdeu o fôlego da diplomacia ativa anterior, limitando-se a projetos de escoamento produtivo ou de caráter estritamente humanitário após desastres climáticos.

Essa oscilação na intensidade política, contudo, não se traduziu em transformações estruturais capazes de arrefecer a crise social moçambicana, evidenciando que os projetos desenvolvidos nos 15 anos de cooperação analisados falharam em impactar ativamente os índices de miséria. Embora a pobreza tenha caído de 69% em 1997 para 54,1% em 2003, o índice retomou uma trajetória de crescimento, atingindo 57,7% em 2009 (Boom, 2011). De acordo com a ONU, 70% da população moçambicana ainda se encontra em situação de pobreza, sendo que 63% sobrevive abaixo do nível da pobreza e a maior parte desta parcela possui menos de 18 anos (ONU, 2021).

Diante deste cenário, o PRONAE caso fosse consolidado, atuaria de forma efetiva contra a fome da população mais jovem, devido à sua ampla capacidade de abrangência, sobretudo no fornecimento de refeições durante o período escolar. Das 14.261,208 crianças residentes no país em 2017, aproximadamente 10 milhões se encontravam sob algum grau de extrema pobreza (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2018). Os principais entraves para a institucionalização do PRONAE em Moçambique se deram a partir de questões burocráticas como as restrições de verbas, a falta de capacitação de funcionários e o baixo engajamento estatal (Neto, 2021). Assim, a não institucionalização do programa reflete mais a falta de priorização política por parte do Estado moçambicano do que uma eventual ineficácia das diretrizes técnicas oferecidas pela cooperação brasileira.

De maneira geral, a cooperação entre os dois países não privilegiou de forma técnica nem comercial o campesinato moçambicano, o qual para além de representar a maior parte da população nacional, dispõe de potencialidades para reduzir a fome e a pobreza no país (Peixoto, 2019, p. 17). Além do enfrentamento da fome, o país africano também se depara com outro desafio relevante, que é a necessidade de ampliar a diversidade dos alimentos produzidos e consumidos pelas famílias (Schopping, 2015). É nesse sentido que os projetos, tais como o

de fomento a programas de nutrição e segurança alimentar, de intercâmbio de experiências sobre políticas públicas voltadas à agricultura familiar, de apoio ao desenvolvimento da hortofruticultura, bem como o programa Mais Alimentos, poderiam atuar no fortalecimento do campesinato e no incentivo à diversificação dos alimentos. Entretanto, tais projetos subentendem resultados restritos em razão do pouco alcance por parte da população campestre.

Embora os programas de incentivo à utilização do Sistema de Plantio Direto (SPD), o ProSavana, o de escoamento do algodão e culturas consorciadas, assim como o de inovação agropecuária, tenham contribuído sutilmente para a modernização das estruturas produtivas em Moçambique, estes não foram suficientes para readaptar a estrutura agrária do país, visto que o foco destes projetos esteve na estruturação do sistema agrícola para exportação, e não na diversificação de alimentos com o intuito de abastecer o mercado interno (Funada-Classen, 2019; Schmeling, 2025).³

Em particular, o ProSavana, projeto trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique, sintetiza essa contradição ao transpor a experiência no Cerrado brasileiro para o Corredor de Nacala. Embora projetado para equilibrar o fortalecimento do campesinato com a expansão do agronegócio exportador, sua execução priorizou um modelo de desenvolvimento exógeno e focado em excedentes externos (Vunjanhe & Adriano, 2015). Essa escolha negligenciou as necessidades históricas e culturais do campesinato local, resultando em uma modernização que pouco dialogou com a realidade social moçambicana.

De modo geral, ao enfatizar a lógica do agronegócio para exportação, alguns dos projetos brasileiros acabaram por gerar um impasse técnico e social, pois as tecnologias transferidas resultaram em uma modernização superficial incapaz de alterar as raízes da pobreza rural. Além da priorização equivocada por parte do Brasil, a ausência de efeitos estruturantes foi agravada pela baixa adesão do Estado moçambicano na institucionalização de programas estratégicos, como o PRONAE. Ainda assim, a não replicabilidade dos conhecimentos técnicos aos camponeses, a exemplo dos avanços em hortofruticultura, e a falta de investimentos em políticas de continuidade revelam que os gargalos da cooperação são bilaterais.

³ O SPD refere-se a uma técnica de cultivo conservacionista que consiste no plantio sem o revolvimento prévio do solo. A semeadura é feita sobre os restos vegetais da colheita anterior, a fim de conservar a umidade e manter a fertilidade do solo ocupado.

Conclusão

O presente trabalho buscou identificar os motivos pelos quais a cooperação entre Brasil e Moçambique para o combate à fome não repercutiu em mudanças significativas na produção e no acesso aos alimentos por parte do país africano. Inicialmente, foi verificado que a insegurança alimentar em Moçambique não pode ser compreendida apenas como um problema agrícola ou de disponibilidade de alimentos, pois ela é resultado de um processo histórico em que os conflitos armados moldaram a capacidade do Estado e a sua estrutura produtiva. Neste caso, revisitar o impacto dos conflitos é uma das condições para se explicar a persistência da insegurança alimentar em um país com elevado potencial agrícola.

A partir da análise do contexto histórico moçambicano e dos projetos executados, elucidaram-se questões fundamentais sobre como os conflitos nos períodos colonial e pós-independência restringiram a estruturação de capacidades estatais estáveis. As sucessivas guerras levaram ao comprometimento das capacidades do Estado, o qual desviou sua atenção das questões institucionais voltadas para o desenvolvimento para tratar das questões da guerra. A restrição de recursos direcionados ao desenvolvimento repercutiu na fragilidade da estrutura produtiva e dificultou a continuidade de políticas estruturantes.

Em particular, no que tange à questão agrária, o insucesso das políticas pós-independência fundamentou-se, primeiramente, na fragilidade institucional decorrente da guerra civil e, em segundo lugar, no abandono do modelo coletivista em favor dos interesses do mercado agroexportador. Este último configurou um processo neocolonial, submetido às demandas das metrópoles investidoras por recursos energéticos e *commodities*. Tal dinâmica promoveu a expropriação de aldeias rurais, resultando na marginalização do campesinato e no desabastecimento do mercado interno.

A análise dos projetos de cooperação bilateral revela que as ações desenvolvidas não promoveram efeitos estruturantes significativos. Conforme discutido, a cooperação estruturante deveria focar no fortalecimento das instituições e sistemas do país receptor, incentivando o refinamento de suas capacidades endógenas. A transposição de modelos agrícolas brasileiros, como o ProSavana e o SPD, priorizou uma lógica de produtividade voltada ao agronegócio e ao mercado externo. Esse enfoque negligenciou a essência da estrutura agrária moçambicana, que é predominantemente camponesa e orientada à subsistência.

Ainda sobre a análise das ações desenvolvidas, um dos principais desafios residiu na dificuldade de mensurar o impacto de longo prazo desses projetos que sofreram interrupções por oscilações políticas nos governos brasileiros.

A transição entre gestões com diferentes níveis de engajamento gerou vácuos de continuidade que prejudicaram a consolidação das capacidades estatais em Moçambique.

Em suma, a persistência da insegurança alimentar em Moçambique esteve intrinsecamente relacionada a três fatores: (i) a passividade da cooperação, que focou na transferência passiva de conhecimentos e tecnologias sem promover efeito estruturante significativo; (ii) os projetos executados estarem centralizados no modelo agroexportador, marginalizando os conhecimentos e as capacidades do campesinato; e (iii) os efeitos conjunturais que limitaram o Estado de centralizar medidas assertivas para o combate à fome, tais como a ressurgência de tensões políticas, as crises sanitárias em decorrência de doenças infecciosas, e mais recentemente, o avanço do extremismo no norte do país.

Referências

- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais [ADRA]. (2022). *Peace and conflict analysis with a special focus on gender and inclusion in Cabo Delgado*. <https://fscluster.org/ar/mozambique/document/peace-and-conflict-analysis-special>
- Agência Brasileira de Cooperação [ABC]. (2017). “Agricultura familiar” é tema de novo projeto em Moçambique. <https://www.gov.br/abc/ptbr/assuntos/noticias/agricultura-familiar-e-tema-de-novo-projeto-em-mocambique>
- Aguiar, A. L. L. (2020). Os San, os Khoekhoen: Exercícios de aproximação. *Pontos de Interrogação*, 10(3), 67-81.
- Albergoni, L., & Pelaez, V. (2007). Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: Ruptura ou continuidade de paradigmas? *Revista de Economia*, 33(1), 31-53.
- Almeida, C., Campos, R., Buss, P., Ferreira, J., & Fonseca, L. (2010). A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. *RECIIS*, 4(1), 25-35.
- Alves, A., & Oliveira, L. F. de. (2010). *Conexões com a história* (1.^a ed.). Moderna.
- Alves, V. E. L. (2011). A questão agrária brasileira e moçambicana: Semelhanças e diferenciações. *GEOUSP-Espaço e Tempo*, 29, pp. 57-74.
- Amorim, C. (2003, 25 maio). O Brasil e o “renascimento africano”. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2505200308.htm>
- Boom, B. van den. (2011). *Análise da pobreza em Moçambique: Situação da pobreza dos agregados familiares, malnutrição infantil e outros indicadores*. <https://silو.tips/download/analise-da-pobreza-em-moambique>
- Brück, T. (1998). Guerra e desenvolvimento em Moçambique. *Análise Social*, 33(149), 1019-1051.
- Bussotti, L. (2020). Políticas agrícolas e usurpação de terras em Moçambique independente. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, pp. 37-62.
- Cabral, L. (2011). Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios. *Textos Cindes*, 26, pp. 1-39.
- Cardoso, F. J. (2021). Contextos geopolíticos de Moçambique até ao fim da guerra fria. *JANUS*, pp. 60-61.
- Cervo, A. L., & Bueno, C. (2002). *História da política exterior do Brasil* (2.^a ed.). UNB. (Obra original publicada em 1992)
- Chihanhe, A. C., Mananze, S. E., & Machava, C. M. (2022). *O agronegócio em Moçambique: Um olhar sobre o passado, presente e perspectivas futuras*. V Colóquio Nacional e I Internacional de Pesquisas em Agronegócios. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Conti, I. L. (2009). *Direito humano à alimentação adequada*. Rede de Instituições de Ensino Superior em Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSAN).
- Coutinho, C. de A., & Svartman, E. M. (2024). Dinâmicas de mediação e compromissos pela paz em Moçambique (1989-2019). *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 9(17). <https://doi.org/10.22456/2448-3923.138014>
- Cravino, J. S. (2005). Conflitos internos – Resolução de conflitos. *Revista Militar*, 2446, pp. 1183-1202.
- Darch, C. (2018). *O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica: Uma história de sucesso que correu mal?* Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

- Fala.BR. (2023/2025). *Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação [BRA]*. <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>
- Fernando, C. T. (2021). O outro lado da história de Moçambique: Surgimento da RENAMO entre (1977 A 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 15(29), 194-211. <https://doi.org/10.30612/rehr.v15i29.7512>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO]. (2022). *The state of food security and nutrition in the world 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO.
- Funada-Classen, S. (2019). Ascensão e queda do ProSavana: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. *Observador Rural*, 82.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2018). *Pobreza infantil multidimensional em Moçambique*. Autor.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2022). *População 2022*. <http://www.ine.gov.mz/>
- International Panel of Experts on Sustainable Food Systems [IPESFOOD]. (2023). *Níveis catastróficos de fome mostram que anos de progresso foram apagados*. Autor. <https://ipes-food.org/pt/niveis-catastroficos-de-fome-mostrar-que-anos-de-progresso-foram-apagados/>
- Kato, K. Y. M. (2019). Traçando a saída para o desenvolvimento: O caso do Corredor de Nacala em Moçambique. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 27(2), 229-254.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.ª ed.) Atlas.
- Lamas, I., & Bueno, N. (2021). Moçambique e “uma guerra que parece não ter fim” em *Terra sonâmbula*. *Revista de Ciências Sociais*, 52(1), 109-138.
- Lima, T. (Org.) (2019). *Segurança alimentar e relações internacionais*. UFPB.
- Mahtani, N. (2021, 12 julho). Os piores dados da fome em uma década. *El País*. <https://brasil.elpais.com/planeta-futuro/2021-07-12/os-piores-dados-da-fome-em-uma-decada.html>
- Mandlate, O. (2017). Revoltas da fome em Moçambique: Um olhar para além dos preços internacionais. In L. de Brito (Org.), *Agora eles têm medo de nós! – Uma coletânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)* (pp. 48-73). Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE).
- Marrupi, A. (2007). *Caracterização socioeconômica e desigualdades regionais em Moçambique 1997 e 2003*. [Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Belo Horizonte, Brasil.
- Melo, V., & Rocha, F. D. (2019). Capitalismo e necropoder: A apropriação/expropriação brasileiro-chinesa de terras em Moçambique. In M. C. Lima, & E. M. Oliveira (Orgs.), *Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional* (pp. 109-126). FASA.
- Miguel, L. A., & Wives, D. G. (2018). A operacionalização do conceito de sistema agrário. In L. A. Miguel (Org.), *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários* (pp. 55-104). UFRGS.
- Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas [MADER]. (2021). *Inquérito agrário integrado 2020: Marco estatístico*. Autor.
- Neto, N. M. S. (2021). O PRONAE de Moçambique. *Revista Brasileira de Administração Política*, 12(2), 141-153.
- ONU. (2021, 7 outubro). 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812>

- ONU. (n.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Pedro, L. T., & Mussili, P. L. (2021). Aspectos sócio-históricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, n.º Especial, pp. 164-188.
- Peixoto, G. T. (2019). *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique: Fome, agricultura e relações internacionais*. Repositório da Universidade Federal de Uberlândia.
- Pereira, J. (2016). Para onde vamos? Dinâmicas de paz e conflitos em Moçambique. In L. Brito et al. (Orgs.), *Desafios para Moçambique* (pp. 34-72). Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE).
- Queiroz, A. C. (2003). Combate à fome, a mãe das batalhas. In UNB, *Zerar a Fome* (pp. 251-256). Universidade de Brasília.
- Rezende, M. J. (2014). Os relatórios do desenvolvimento humano da década de 1990. *Revista de Ciências Sociais*, 45(1), 121-147.
- Rizzi, K. R., Maglia, C., Kanter, M., & Paes, L. (2011). O Brasil na África (2003-2010): Política, desenvolvimento e comércio. *Conjuntura Austral*, 1(5), 1-21.
- Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência & Cultura*, 71(1). http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011
- Rosário, N. M. (2019). Agronegócio em Moçambique: Uma breve análise da situação de estrangeirização do agronegócio. *Sociedade e Território*, 31(1), 183-200.
- Schmeling, G. S. (2025). Cooperação internacional para o combate à fome: Desafios entre Brasil, Angola e Moçambique. *InterAção*, 16(3), 1-29.
- Schopping, S. (2015). *O programa ProSavana e a segurança alimentar em Moçambique*. UNB.
- Silva, V. G. da, Damasceno, W., Oliveira, R. S. de, & Silva Neto, J. P. da. (Orgs.) (2023). *Através das águas: Os bantu na formação do Brasil*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.
- Vunjanhe, J. & Adriano, V. (2015). *Segurança alimentar e nutricional em Moçambique: Um longo caminho por trilhar*. CESESAN.